

Para forçar baixa nos juros, PT vai ampliar pressão sobre BC

PT vai ampliar pressão sobre BC para forçar mudança em política de juros

— Cúpula petista usa embate com Roberto Campos Neto para disputar rumos do governo com siglas de centro e centro-direita e tentar impor linha 'desenvolvimentista'

VERA ROSA
BRASILIA

A cúpula do PT quer enquadrar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e há quem defenda até mesmo sua substituição, sob o argumento de que a atual gestão à frente da autarquia pode levar o governo a uma crise política incontornável. Agora, dirigentes do partido não apenas endossam a pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o Banco Central para reduzir a taxa básica de juros (Selic) como avaliam que é preciso pregar a reorientação da política monetária.

Enquanto ministros tentam amenizar o confronto entre Lula e o BC, deputados e senadores do PT aproveitam a controvérsia em torno da política monetária para disputar os rumos do governo com siglas aliadas de centro e centro-direita, na tentativa de impor uma linha "desenvolvimentista" à condução da economia.

"O fato de o presidente do Banco Central ter mandato não dá a ele autorização para a irresponsabilidade", disse ao Estadão a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), ao antecipar a posição que levará à reunião do Diretório Nacional do PT, na segunda-feira. "Ter mandato não significa ser imexível."

No encontro de ontem com o Conselho Político da Coalizão — composto por partidos da base aliada do governo —, Lula recebeu apoio na ofensiva contra o atual patamar de juros, hoje em 13,75% ao ano. "A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito para governar", afirmou Lula, no Palácio do Planalto. "A gente não tem que tentar agradar a ninguém (...), tem que agradar ao povo brasileiro, que acreditou num programa que nos trouxe até aqui. É esse programa que nós vamos cumprir."

'INSTABILIDADE' Gleisi pediu a palavra para cumprimentar Lula pelas cobranças ao Banco Central. "Não há justificativa para um juro de 13,75% e uma meta de inflação inexecutável. Não temos risco fiscal. Tudo isso vai trazer recessão e desemprego", insistiu a presi-



Lula durante reunião do Conselho Político da Coalizão, que reuniu ministros e líderes de partidos da base aliada, no Palácio do Planalto

"Ter mandato (de presidente do BC) não significa ser imexível"
Gleisi Hoffmann (PR)
Deputada federal e presidente do PT

"A gente não tem que pedir licença para governar, a gente foi eleito para governar"
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

"Estamos fazendo um embate político para demarcar um campo mostrar que temos outra linha de política monetária"
Carlos Zarattini (PT-SP)
Deputado federal

dente do PT. "O Brasil tem o juro real mais alto do mundo. Em segundo lugar está o México. A postura do Banco Central joga o País na instabilidade. Se a economia der errado, a democracia estará ameaçada", completou ela.

Para o presidente do Solidariedade, Paulo Pereira da Silva, Campos Neto ficou "à mercê" da Faria Lima, avenida de São Paulo que abriga várias instituições de investimento. "O Banco Central não pode ser o Vaticano, que está dentro da Itália, mas quem manda é o papa", provocou Paulinho da Força, como é conhecido o ex-deputado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou do

encontro e observou que, com juros de 13,75%, não há como fazer a economia girar.

"A temperatura está alta lá fora. Aqui em Brasília está quente, mas há um debate. Tenho certeza absoluta de que o presidente Lula tem e sempre terá uma relação harmônica com o BC. Todos no País querem juros mais baixos", amenizou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

EFEITO. Embora não tenham manifestado reparo à posição de Lula durante a reunião, integrantes do MDB e do União Brasil — partidos que, juntos, ocupam seis dos 37 ministérios — avaliam que culpar o Banco Central pela crise econômica pode ter efeito contrário, interferindo tanto nas expectativas de inflação como no câmbio.

"A autonomia do Banco Central é a proteção contra ideologias e até contra mercados", destacou o senador Renan Calheiros (MDB-AL). "Mas nenhum presidente pode manter atrelado ao governo que o nomeou."

Nas redes sociais, Gleisi comparou a administração da autarquia à "última trincheira do bolsonarismo no poder". Ao Estadão, a deputada disse ser preciso enfrentar esse debate. "O preço do dólar está sempre oscilando, com Lula falando ou não. O Brasil tem reservas internacionais. A nossa dívida é interna e não há risco de não pagá-la. Estão doidos?", perguntou Gleisi, ao rebater críticas de quem vê

a estratégia de Lula como muito radical.

A presidente do PT também defendeu uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) para reorientar a política monetária de acordo com a realidade econômica do País, "que exige estímulo para crescimento, investimento e criação de emprego". Haddad e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, integram o CMN.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou requerimento para convidar Campos Neto a comparecer à Comissão de Finanças e Tributa-

Interferência
Gleisi defende reunião do Conselho Monetário Nacional para reorientar política monetária

ção da Câmara e explicar a manutenção da taxa de juros em 13,75%, além do que chamou de "erro contábil" no fluxo cambial, em um cenário de desaceleração da economia.

"Lula foi eleito presidente da República e vai deixar um cara com freio de mão puxado na economia?", questionou Lindbergh. "Se isso continuar, estaremos liquidados e haverá uma imensa crise política." No mesmo tom, o ex-senador Paulo Rocha (PT-PA), que terminou o mandato em dezembro, publicou no Twitter a seguinte mensagem: "Renuncia cidadão! O Brasil não aguenta mais o presidente bolsonarista do BC 'autônomo'".

MANDATO. A lei que prevê a autonomia do Banco Central, com mandato de quatro anos para presidente e diretores da autarquia, foi aprovada pelo Congresso há dois anos, no governo de Jair Bolsonaro (PL). O presidente do BC pode ser dispensado em caso de "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos" da autarquia. A exoneração, no entanto, precisa passar pelo crivo do Senado. Os aliados do governo não têm votos suficientes para aprovar a saída de Campos Neto.

"Estamos fazendo um embate político para demarcar um campo e mostrar que temos outra linha de política monetária", comentou o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). "O Centrão e a base do governo deveriam apoiar essa política do presidente Lula sobre o Banco Central, já que a maioria é ligada aos pequenos empresários." Para Zarattini, o mercado "nunca quer perder dinheiro. Tudo aqui no Congresso é uma estica e puxa. Nenhum projeto é aprovado na moleza."

Na avaliação do secretário de Comunicação do PT, Jilmar Tatto (SP), o partido não pode abrir mão de pressionar o Planalto. "A dificuldade para ganhar a eleição fez com que Lula formasse um grande arco de alianças, mas o PT tem de ser a cara e a voz do povo no governo", afirmou o deputado. "O Banco Central não deixa diminuir a desigualdade social e não podemos aceitar isso." **COLABORARAM IANDEY PORCELLA E EDUARDO GAYER**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6